

DOSSIÊ TEMÁTICO: A medicalização da educação no Brasil e no Chile: diferentes perspectivas

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i36.5857>

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

PRESENTATION OF THE THEMATIC DOSSIER

PRESENTACIÓN DEL DOSSIER TEMÁTICO

Lygia de Sousa Viégas

Universidade Federal da Bahia – Brasil

Aline Lima da Silveira Lage

Instituto Nacional de Educação de Surdos – Brasil

Fauston Negreiros

Universidade Federal do Piauí – Brasil

O conceito de medicalização tem sido apontado como polissêmico (GAUDENZI; ORTEGA, 2012), sendo por vezes traduzido como patologização ou como o uso abusivo de medicamentos, com destaque para os psicofármacos (OLIVEIRA; HARAYAMA; VIÉGAS, 2016). Sem recusar tais definições, nem tampouco a concretude de tais fenômenos e as marcas medicalizantes neles presentes, entendemos que os processos de medicalização vão além. Envolvem uma racionalidade que naturaliza e essencializa a complexidade da vida humana, desconsiderando as determinações históricas, políticas, sociais, econômicas, institucionais, pedagógicas e relacionais que atravessam a experiência social.

No campo da educação, o fenômeno da medicalização se materializa de diversas formas. Em uma ponta, a tentativa de formatação/uniformização de professores e alunos, por meio da prescrição de matrizes normativas e ideais regulatórios, comprime a diversidade que, desvalorizada, é vista como elemento que atrapalha o sucesso escolar. Em outra ponta do olhar padronizador para os processos de desenvolvimento, comportamento, aprendizagem, inteligência, afetividade, linguagem, gênero, sexualidade, eficiência, só para citar alguns temas que provocam o cotidiano escolar de todos aqueles que não se ajustam às normas, pelos mais variados motivos. Aqueles que não se ajustam são compreendidos e tratados como

peças com dificuldades individuais que devem ser corrigidas individualmente para que não impeçam o bom andamento da escola, também naturalizada e descontextualizada em relação às múltiplas determinações citadas.

O fenômeno da medicalização tem sido tematizado no campo da educação no Brasil ao menos desde a década de 1990, sobretudo a partir dos trabalhos originais da psicóloga Maria Helena Souza Patto (1990), e da pedagoga Cecília Azevedo Lima Collares em parceria com a pediatra Maria Aparecida Affonso Moysés (1996). No entanto, embora tal debate some quase 30 anos, sua inserção nos meios acadêmicos foi bastante modesta até o início da segunda década dos anos 2000. Foi considerado catalisador fundamental na ampliação da produção de pesquisas e difusão do conhecimento acumulado na área a fundação do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, o qual tem realizado seminários nacionais e internacionais sobre o tema no Brasil a partir de 2010, com destaque para as cinco edições do Seminário Internacional A Educação Medicalizada.

Consulta recente na Biblioteca Eletrônica Científica Online - SciELO indica um total de 294 publicações com a palavra-chave ‘medicalização’, sendo mais de 70% realizadas a partir de 2011, ou seja, pós-reaquecimento do debate citado acima. Dessas, apenas 52, ou seja, 17%, também indicaram “educação” como palavra-chave. Assim, embora seja debate aquecido no campo da educação, ainda há uma importante lacuna nas publicações sobre o tema. Nesse aspecto, é importante reconhecer a publicação de dois Dossiês sobre o tema, na Revista *Entreideias* e na Revista *Nuances*, ambos lançados em 2014. Portanto, o presente Dossiê sobre medicalização da educação na Revista *Práxis Educativa* configura-se como relevante contribuição para o campo.

Nesse Dossiê, abordamos o tema da medicalização da educação a partir de diversas perspectivas, lançando luz para a urgência de se compreender criticamente esse fenômeno, que pouco tem contribuído para a construção bem sucedida de nossas escolas. Todos os artigos resultam de pesquisas no campo da educação sobre a medicalização ou de propostas de enfrentamento à medicalização, sendo inovadores e inéditos.

Aqui, reunimos artigos escritos por psicólogos, sociólogos, pedagogos, professores licenciados e fonoaudiólogos, que abordam a medicalização da educação a partir de diferentes enfoques, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista do recorte específico. Ressaltamos, ainda, que os artigos retratam a medicalização a partir de diferentes estados brasileiros (Bahia, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo). Ademais, dois pesquisadores contribuem com o debate retratando-o a partir do Chile.

As pesquisas aqui reunidas apontam a diversidade possível no campo da pesquisa sobre medicalização da educação, na medida em que estão presentes diferentes recortes do fenômeno, analisados à luz de referenciais teórico-metodológicos distintos, sem abrir mão da coesão interna, nem do necessário rigor para o avanço na produção de conhecimento na área. Há, nesse conjunto, pesquisas teóricas, análises documentais e pesquisas de campo, de caráter quantitativo e/ou qualitativo, nas quais foram ouvidos professores e estudantes em diversos contextos educacionais, produzindo um conjunto amplo que aponta para a complexidade do debate sobre medicalização no contexto educacional.

O primeiro artigo, intitulado *Medicalização e Educação de Surdos: o caso do INES por professores e alunos*, apresenta pesquisa qualitativa, que colheu narrativas de professores e alunos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O recorte aqui apresentado se volta para os depoimentos nos quais a medicalização da surdez e os seus impactos na educação de surdos são marcantes. Para tanto, são considerados, na análise, elementos medicalizantes presentes na história da educação de surdos.

O segundo artigo, *Políticas de prevenção ao suicídio no Brasil e seu impacto sobre as escolas*, analisa, a partir de documentos oficiais, duas iniciativas governamentais para a prevenção do suicídio no Brasil: a campanha Setembro Amarelo e a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Com base na análise crítica de tais projetos, o artigo destaca o caráter medicalizante e moralizante de tais políticas, bem como os riscos presentes em suas inserções no contexto escolar.

O terceiro artigo, *Patologização da Timidez: concepções de professores do ensino fundamental*, apresenta o recorte de uma pesquisa qualitativa que buscou compreender as concepções de professores sobre o aluno tímido e sobre como a timidez impacta o processo de escolarização, colhidas a partir de entrevistas. A pesquisa aponta uma tendência, por parte dos professores entrevistados, de compreender a timidez de forma medicalizante, que reforça a patologização do fenômeno. Além disso, desvela-se a percepção de que a timidez seria limitadora da aprendizagem, reforçando a estigmatização dos alunos tímidos, que se torna elemento-chave na produção de dificuldades vivenciadas no processo de escolarização.

O quarto artigo, intitulado *Problemas de escolarização, medicalização e docência: outros olhares*, apresenta análise de uma pesquisa realizada com o objetivo de compreender as percepções de professores sobre os problemas de escolarização e as possíveis estratégias para enfrentar essas dificuldades. Para tanto, foram entrevistados vinte docentes de duas

instituições federais de ensino. A análise qualitativa compreendeu o predomínio de concepções medicalizantes e individualizantes de tais dificuldades.

O quinto artigo, *Exceso de atención. De la composición de un trastorno en la escuela chilena*, objetiva explorar as condições epistêmicas e as práticas de produção do diagnóstico de TDAH nas escolas do Chile. Para tanto, os autores abordam como as escolas chilenas se posicionam perante as categorias diagnósticas e o tratamento do TDAH, para então abordar a construção do diagnóstico em sala de aula.

O sexto artigo, *Tem remédio para a Educação? Considerações da Psicologia Histórico-Cultural*, lança luz sobre as relações existentes entre dificuldades no processo de alfabetização e o aumento de crianças com queixas de transtornos de aprendizagem e medicadas no Brasil. De caráter quanti-qualitativo, a pesquisa realizou um levantamento em oito municípios do estado do Paraná, a partir da aplicação de um questionário, por meio do qual se desvela que o diagnóstico mais comum é o de TDAH, para o qual tem sido amplamente receitado o uso de psicoestimulantes. Diante da série das crianças diagnosticadas e medicadas, a pesquisa tece considerações sobre o desenvolvimento atencional, bem como sobre a complexidade da aquisição da língua escrita no processo de escolarização.

O sétimo artigo, *O diagnóstico de TDAH na perspectiva de estudantes com queixa escolar*, discute este suposto transtorno a partir da perspectiva de crianças e adolescentes com queixa escolar relativa a comportamentos desatentos e hiperativos, os quais foram convidados a pensar sobre o questionário que se constitui no principal critério para a produção de tais diagnósticos. Se tradicionalmente os questionários são respondidos de forma objetiva por adultos (pais e professores), na pesquisa, as crianças são convidadas a qualificar as respostas, trazendo a dimensão concreta dos contextos nos quais os comportamentos, traduzidos como sintomas no diagnóstico do TDAH, se dão.

O oitavo artigo, *A Arte pede passagem: em busca da desmedicalização da Educação*, objetiva refletir acerca da prática do psicólogo escolar junto a professores de educação infantil no enfrentamento dos processos de medicalização da educação. Valendo-se da arte como ferramenta, um grupo de professores participou de atividades com o objetivo de repensar suas práticas nesse contexto. A participação na atividade proposta pelos pesquisadores, posteriormente, tornou-se objeto de reflexão de uma professora participante da atividade, cujas falas foram analisadas tendo em vista as potencialidade e limites da intervenção proposta.

O nono artigo, intitulado *Vamos brincar de (des) medicalização?*, objetiva partilhar reflexões teóricas, a partir do conceito materialista histórico-dialético de fetiche, acerca de como a brincadeira na escola pode se configurar como uma estratégia que pode favorecer bem como tensionar a lógica medicalizante. Para tanto, o artigo tece críticas à concepção idealizada e naturalizada de infância, para então, à luz dos fundamentos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, apresentar princípios orientadores de uma prática pedagógica lúdica que problematize a medicalização.

Por fim, o décimo artigo, *Medicalización y neoliberalismo: Imaginando otros futuros en los colegios*, propõe um olhar alternativo às críticas tradicionais acerca da medicalização da educação. Partindo da compreensão de que os processos de medicalização são atravessados por outras forças e dinâmicas presentes em um modelo educacional regido por lógicas de competência e responsabilização, o autor explora, a partir de um caso, outros olhares possíveis para o fenômeno.

Os artigos aqui reunidos apresentam a medicalização da educação, de forma inovadora, apoiados numa diversidade de abordagens e referenciais teórico-metodológicos, sem perder a articulação interna. Daí sua potencialidade para desafiar os processos de medicalização presentes no campo educacional. Trata-se de temática contemporânea e relevante na educação, que muito contribuirá com a produção e difusão de conhecimento no campo da medicalização da educação no Brasil e na América Latina.

REFERÊNCIAS:

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez, 1996.

DOSSIÊ: A Medicalização da vida escolar: enfoque multidisciplinar. **Revista Entreideias**, v.3, n.1, 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/issue/view/688>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

DOSSIÊ: Medicalização da Educação. **Nuances**, v. 25. n.1, 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/215/showToc>>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 21-34, mar. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, Elaine Cristina de; HARAYAMA, Rui Massato; VIÉGAS, Lygia de Sousa. Drogas e medicalização na escola: reflexões sobre um debate necessário. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, PROPED/UERJ, v. 17, n. 45, p. 99-118, abr./jun. 2016. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24598/17578>>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

SOBRE OS AUTORES:

Lygia de Sousa Viégas

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, IPUSP; Docente da Faculdade de Educação da UFBA, Salvador, Bahia, Brasil; Professora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED-UFBA; Membro do Grupo de Pesquisa EPIS: Educação, Política, Indivíduo e Sociedade: leituras a partir da Pedagogia, da Psicologia e da Filosofia. Correio eletrônico: lyosviegas@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-2353-0384>

Aline Lima da Silveira Lage

Doutora em Educação, pela UFRJ; Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez (GEPSS-UFRJ) e Grupo de Pesquisas Formação de Professores (de) Surdos (INES). E-mail: alinelimaines@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-7786-5529>

Fauston Negreiros

Doutor em Educação, Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Parnaíba, Piauí, Brasil; Programa de Pós-Graduação em Psicologia; Núcleo de Pesquisa e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia da Educação e Queixa Escolar (PSIQUED). Correio eletrônico: faustonnegreiros@ufpi.edu.br

 <http://orcid.org/0000-0003-2046-8463>

Recebido em: 11 de agosto de 2019
Aprovado em: 14 de outubro de 2019
Publicado em: 02 de dezembro de 2019